

DISCUSSÃO DO ACORDO COLETIVO PRECISA De transparência e responsabilidade

s negociações dos acordos coletivos da Copasa/Copanor começam com os patrões "botando pilha" no entendimento, afirmando que não é necessária a garantia da data-base.

A primeira rodada de negociações acontece no próximo dia 18 e entendemos ser necessária a discussão de muitos pontos para um novo acordo, discutindo não apenas pela "Pauta de Reivindicações" da categoria, mas regularizando e nos dando respostas

objetivas de pendências que vêm sendo empurradas com a barriga, como a escala de plantão, realocação de trabalhadores em novos postos em função de terceirizações e outros eventos.

Afirmamos nossa plena disposição ao entendi-

ELEIÇÃO MUNICIPAL É ENSAIO PARA CONSERTAR OS ESTRAGOS NO PAÍS

Em outubro podemos reconstruir o respeito social com nosso voto consciente. **Página 4**



mento e construção de um Acordo Coletivo, que compatibilize nossos direitos com as necessidades da empresa. Devemos atingir isto com respeito e boas intenções, que começam pela garantia da data-base e disposição ao diálogo. **Páginas 2 e 3**

DECRETO DE ZEMA DESRESPEITA A ALMG E AMEAÇA OS SERVIDORES

Sem voto no Legistaivo, governador age como ditador e ignora os deputados estaduais. **Página 4**

Estratégia de desmanche da Copasa prejudica os serviços essenciais prestados à população e facilita ataque de empresas privadas para vender serviços de saneamento!

Sem responsabilidade com a qualidade dos serviços!

2 SINDÁGUA MG

GESTÃO DE TERRA ARRASADA

m 2022, assinamos com a Copasa e Copanor acordos coletivos que garantiram todos os direitos conquistados pelos trabalhadores e que deixaram em todos nós a certeza de que os gestores colocados nas empresas por Romeu Zema não sabiam muito bem o que estavam fazendo, mesmo sendo todas as iniciativas do governador uma música de uma nota só: vender tudo que é essencial e responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

Os acordos aprovados e assinados aconteceram depois de dois anos de sofrimento dos trabalhadores com salários represados, direitos ameaçados e tentativa sistemática de demissões com a inarredável posição de não garantia de emprego. Depois de tanto sofrimento, conseguimos tudo que queríamos e garantimos integralmente nossos direitos, amparados por uma cláusula de ultratividade.

Agora, a direção da Copasa/Copanor vem com a mesma lenga-lenga de dificultar o entendimento e deixar implícitas pressão e ameaças sobre os trabalhadores, com o expediente de não querer garantir a data-base da categoria em 1º de novembro.

EDUARDO PEREIRA Presidente do SINDAGUA

Os trabalhadores voltaram a viver tempos de estresse com as demissões injustas e irregulares, forçando o Sindicato a ingressar com grande número de ações na Justiça, colhendo, mais uma vez, resultados positivos em respeito aos direitos da categoria.



A «Pauta de Reivindicações» dos trabalhadores não representa apenas nossos interesses pelos direitos, mas também em garantir que a empresa continue a representar serviços de qualidade de saneamento para toda a população, o que nos estimula em defendê-la contra a privatização e sua entrega para quem veja apenas o lucro.

Esperamos que a responsabilidade e transparência permeiem todo o processo de nossas discussões para o acordo coletivo de trabalho, para o bem dos trabalhadores, da Copasa e da população consumidora.

NEGOCIAÇÕES DA PAUTA PARA ACORDO COLETIVO 2024 Começam com a preocupação pelos empregos

data-base da categoria no próximo dia 1º de novembro estabelece alguns desafios nas negociações com a direção da Copasa para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2024. Além da negociação de cláusulas que configuram condições humanas e justas de trabalho e de direitos, volta sobre os trabalhadores a grande preocupação com a garantia de emprego, diante das demissões arbitrárias e irregulares implementadas pela empresa, somadas com o crescimento vertiginoso das terceirizações de serviços fins e grande número de contratações através de pessoas jurídicas (pejotizacão).

O SINDAGUA ingressou na justiça com diversas ações para reintegração de trabalhadores demitidos imotivadamente, com a empresa usando argumentos inaceitáveis, até ao ponto de culpabilizar o marco regulatório que, segundo ela, estaria inatingível com o nível de salários da massa dos trabalhadores, como se estivessem ganhando R\$ 90 mil de salários e bônus anual de 10 vezes o salário mensal, como já denunciamos de caso existente dentro da empresa e que não fazem parte do quadro de pessoal ingressado por concurso público. Além disto, a empresa manipulou informações de aferição de desempenho, para passar o facão em empregos de trabalhadores, sem considerar tempo de casa, proximidade de aposentadoria, demitindo até companheiros em condições precárias de saúde sem a realização de exame

demissional exigido em lei.

Esta tragédia deve, com certeza, ser discutida na mesa de negociações dos acordos da Copasa e da Copanor, no sentido de repararmos uma politica de desmanche das condições de trabalho e da própria capacidade da empresa em prestar um serviço público e essencial de saneamento à população.

Alertamos a importância do acompanhamento das discussões com a Copasa/Copanor de todos os pontos da "Pauta de Reivindicações" unitária aprovada pela categoria e divulgada na integra pelo "Jornal SINDÁGUA", investindo na mobilização e plena consciência para deliberarmos em assembleia quando tivermos uma resposta global para os acordos coletivos.

CRESCEM NO PAÍS ACORDOS COLETIVOS Com ganhos reais de salários

s trabalhadores estão c o n s e g u i n d o u m avanço de ganhos reais em 85,3% dos acordos e conven-

ções coletivas de trabalho até julho deste ano. O levantamento foi publicado pelo Dieese no boletim " D e O I h o n a s Negociações" publicado em 12 de agosto passado.

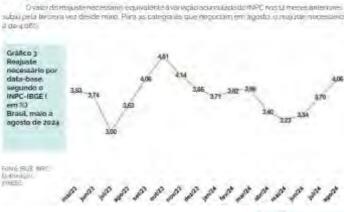
Estes números refletem uma grande virada em relação ao que aconteceu, por exemplo, em nossa data-base de novembro de 2023, quando o número de instrumentos coletivos

com ganhos reais representaram 61,8% do total negociado entre representações de trabalhadores e de empresas.

Dos 217 instrumentos coletivos analisados, a variação média de ganhos reais foi de 1,29%, tendo atingido o pico médio em maio/2023, quando registrou 1,68%. A maior média histórica demonstrada no estudo aconteceu em julho/2023, com 2,85%.

Na análise por setores da economia, os melhores acordos

Reajuste necessário



com registro de ganho real aconteceu na indústria, com 87,8%, e nos serviços, que marcaram 86,7%. Os reajustes iguais ao INPC foram registrados em apenas 9,2% dos acordos. Abaixo do INPC apenas 3% das indústrias praticaram arrocho salarial e de 4% de chuvas e calor extremo. de chuvas e calor extremo. Grafico 6 Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE (em %) Brasil, janeiro a julho de 2024 10,6

Variação real média: 1,55%

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DIVULGAM MAL O RESGATE DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

s meios de comunicação parecem contrariados ao não divulgarem os números positivos da economia brasileira com a intensidade que se aplicam em tragédias e resultados negativos. Tivemos informações como "surpresas positivas" na divulgação de crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil. As expectativas do mercado apontavam para uma evolução de 0,9%, mas os resultados obrigam uma projeção que muda consideravelmente a estimativa para 3%, quase o

dobro dos 1,6% previstos. A economia mostra sinais de forte recuperação, com um crescimento sustentado por investimentos e aumento de consumo das famílias, com destaque para a indústria de transformação. O crescimento segue com 14,8% nas importações de bens de capital em relação a 2023 e aplicação em investimentos produtivos, sinalizando o aumento da capacidade de produção a longo prazo.

nos serviços. No comércio,

tivemos 76,4% de acordos com

ganhos reais e apenas de 2,2%

Devemos lembrar que o

INPC acumulado para

reposição salarial em agosto

foi de 4,06%, com tendência

de subir nos próximos

meses, sobretudo por causa

da evolução dos preços de

combustíveis e, principal-

mente, da energia elétrica,

hoje com "bandeira vermelha" por causa da escassez

abaixo da inflação.

ZEMA AFRONTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E APLICA DITADURA POR DECRETO SOBRE OS SERVIDORES

Romeu Zema sempre demonstrou em seus quase 6 anos de mandato no governo de Minas total desprezo pela Assembleia Legislativa do Estado, ao ponto de tentar diminuir o número de votos necessários dos deputados para promover uma mudança na Constituição Mineira.

Como desagrada à esquerda e à direta e não tem votos suficientes em uma "base de governo" para seus projetos entreguistas, no último mês, mais uma vez, Zema passou por cima de todos os parlamentares, sem discussão e aprovação pela ALMG, ao aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), assinando um decreto que estabelece um teto de gastos, congela salários de servidores. passando a tramela nas progressões de carreiras, suspendendo a realização de qualquer concurso público.



A dívida global de todos os Estados com a União soma mais de R\$ 760 bilhões, sendo que Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo respondem por quase 90% desse valor. Apenas a dívida de Minas bate na casa de R\$ 170 bilhões, com mais da metade dela construída durante o governo Zema. O acordo danoso foi facilitado por parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) e decisão do Supremos Tribunal Federal (STF) para adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com um cronograma de seis meses para cumprimento. Com seu decreto perverso e inconstitucional, Zema prejudica todos os servidores do Estado e a própria população que tem serviços públicos ameaçados pela privatização, entre eles o sistema de saúde e educação.

A "canetada" do governador tenta resolver nas costas dos servidores e comprometimento dos serviços sua incapacidade de administrar o Estado, depois de aumentar seu próprio salário em 300% e conceder benefícios fiscais aos seus financiadores de campanha, isentando-os de pagamento de dívida bilionária.

ELEIÇÃO EM OUTUBRO PARA REVERTER AS TRAGÉDIAS QUE DESMACHAM DIREITOS SOCIAIS CONQUISTADOS

próximo mês representa para os brasileiros muito mais do que eleger prefeitos e vereadores que irão cuidar dos interesses de quem vive nas cidades. Serão eleitos nomes com a responsabilidade de cuidarem de onde transitamos e vivemos, sem esquecer que passam a se constituir como os instrumentos que preparam o terreno para nova eleição, daqui a dois anos, para aqueles que vão ingressar no Congresso Nacional (Senado e Câmara Federal), presidência da República e governos dos Estados.

O povo pode deixar de ser protagonista da sua própria



desgraça e aflição social através do voto consciente e responsável já agora em outubro, eliminando oportunistas, políticos carreiristas que servem aos propósitos de acabar com os direitos sociais e dos trabalhadores.

Todos devemos desconfiar e banir os candidatos, muitos vindos de meios de comunicação, com programas que exploram a violência para fazerem discursos fantasiosos, muito distantes do que fazem quando assumem cargos no legislativo ou governos, virando as costas para o povão que vinha manipulando com demagogia.

A eleição de outubro é um primeiro e importante momento de "limparmos" prefeituras e câmaras de vereadores de quem quer apenas vida fácil e que largam as cidades abandonadas, sem obras estruturais, sem permitir ao povo uma vida mais humanizada.

Vote em outubro com consciência de que construirá o que teremos com sua escolha!

